



■ Presidente p.6

“A maioria está esgotada”



■ PSD p.9

A Segurança Social deveria ser um tema “incontroverso”

# POVO LIVRE



nº 1927

15 de junho de 2016

Diretor: Miguel Santos  
Periodicidade Semanal - Registo na ERC  
nº 105690 - Propriedade: PSD

## PORTUGAL NÃO MERECE “VOLTAR AO PASSADO”



■ Pedro Passos Coelho participou numa jornada dedicada à Ação Social no distrito do Porto



## Jornada da Ação Social

# Portugal não merece “voltar ao passado”

Numa sessão comemorativa dos 42 anos do PSD de Vila Nova de Gaia, 6 de junho, o presidente social-democrata denunciou o descrédito do Governo no plano internacional. Na verdade, os ministros socialistas apelam ao investimento no país, quando “as pessoas lá fora sabem que quem manda” no Governo “é o PCP e o BE”. “Andam os ministros deste Governo a dizer pelo mundo inteiro ‘vale a pena investir em Portugal, invistam em Portugal’ e acham que as pessoas lá fora não sabem que quem manda no Governo é o PCP e o Bloco de Esquerda”, expressou Pedro Passos Coelho.

Num discurso em que reiterou “estranhar que o PS adote como sua agenda aquela que é a agenda do BE e do PCP”, Pedro Passos Coelho estabeleceu paralelismos entre Portugal e a Grécia, e referiu que os ministros falam dentro ou fora do país “conforme as audiências”. A este propósito, o ex-primeiro-ministro refletiu sobre o fato de os investidores terem “desconfiança” face ao BE e ao PCP, admitindo que essa postura é correspondida por estes partidos, para ironizar: “Algum dia olhando para uma solução de Governo desta natureza investem a pensar no que pode acontecer nos próximos anos”, disse.

Passos Coelho desafiou o Governo a dizer se vai ou não nacionalizar o Novo Banco, vincando que a venda do Novo Banco “é muito importante para o sistema financeiro português” porque “se ele não for bem vendido, os outros bancos vão pagar a fatura”.

“Devíamos todos ter interesse em promover um contexto e um clima para que o Novo Banco fosse vendido por um bom valor, mas o que se ouve volta e meia é que o melhor era nacionaliza-lo. E o primeiro-ministro no parlamento não exclui a hipótese. Não diz que sim, mas também não diz que não”, criticou o líder do PSD.

Já num período de síntese da sua intervenção, e perante uma sala cheia de militantes do Grande Porto, Passos Coelho disse que “não foi para isto” que o Governo por si liderado “trabalhou tanto”, recusando “voltar a um passado que o país não merece”. “Não fizemos tudo o que fizemos para que agora umas cigarras venham cá dizer que agora que isso tudo está feito, tudo vai ser uma maravilha se fizermos ao contrário. Fazer ao contrário naquilo que é estrutural atira-nos para o passado”, defendeu.

Nessa iniciativa foi também lançado o repto ao Governo para que “esclareça a Comissão Europeia sobre como é que pretende atingir as metas” com Passos Coelho a exigir que “não venha dizer que vão ser precisas mais medidas gravosas”, porque “o PSD deixou isto num caos”.

Além dos desafios, o líder do PSD deixou um conselho a António Costa: “Em vez de o primeiro-ministro português andar a assinar manifestos contra a austeridade com o primeiro-ministro grego, talvez devesse estar reunido com o primeiro-ministro da Irlanda para saber como é que eles conseguiram crescer 7,5% em vez de a Grécia que continua na recessão e no resgate”.

### Visita à Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim

Pedro Passos Coelho considera que “não há nenhuma razão” para Portugal ser sancionado pela União Europeia e o PSD “não alinha em lutas” contra as instituições europeias. “Não há nenhuma razão pelo passado para falar em sanções (...). A questão das eventuais sanções a Portugal é uma falsa questão”, destacou Pedro Passos Coelho, que falava aos jornalistas à margem de uma



visita à Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim, distrito do Porto.

A questão em causa, que diz respeito ao passado, “não tem nada a ver com um discurso que começa a germinar dentro da maioria que apoia o Governo, que é um discurso antieuropeu”. “Não contarão connosco com certeza para ser o bode expiatório das medidas que têm de apresentar e aprovar para convencer as entidades europeias de que o propósito do novo Governo, do país, é cumprir com as suas obrigações”, sublinhou.

Passos Coelho sustentou que “Portugal não tem

nenhuma razão para receber sanções pelo passado e pelo futuro só o terá se [o Governo] não vier a cumprir”, o que o partido espera que aconteça: “Cabe ao Governo convencer as instituições europeias de que os propósitos que enunciou, seja para contas públicas seja para o ajustamento estrutural do país, é atingível, é alcançável”. E afirmou estar convencido de que se o Governo “não corrigir a trajetória” dificilmente cumprirá as metas do défice para este ano, e criticou o facto de António Costa não referir no congresso do PS uma única palavra sobre o desemprego. “Foram destruídos quase 60 mil empregos [desde que o Governo tomou posse]. A situação social não pode estar a melhorar, portanto. Se há cada vez mais destruição de emprego as coisas não podem estar a correr bem. Espero que o Governo possa arrepiar caminho e ponderar o que se está a passar, que não é fruto do acaso, é uma consequência das decisões que tem vindo a ser tomadas do lado da maioria”, frisou.

Em matéria de consensos, o líder do PSD destacou que é importante um “largo consenso” relativamente a uma proposta sobre a reforma da Segurança Social, que será debatida no parlamento na quarta-feira. “Apresentámos uma proposta que exige um largo consenso”, disse, “não é portanto uma conversa sobre consensos no vazio. Veremos se o governo está empenhado ou não nesse consenso”.

O presidente do PSD sublinhou ainda a ausência de debate durante o Congresso do PS sobre a situação económica e social do país. “Estar a fazer uma avaliação sobre a situação do país e não falar sobre a situação económica e social do país é passar assim um bocadinho ao lado da realidade”, afirmou.

## Reforma da Segurança Social

Uma reforma da Segurança Social é necessária para trazer confiança a quem faz descontos e aos aposentados, mas também às instituições de solidariedade social, que “ajudam o Estado de uma forma decisiva”: “Muitas vezes quando falamos em Segurança Social tendemos em pensar apenas nos sistemas previdenciais de pensões e a Segurança Social é muito mais do que isso”.

Referiu ser necessário “criar confiança naqueles que já estão a fazer descontos mas ainda não estão aposentados, naqueles que estão aposentados e precisam de ter garantias quanto ao pagamento das suas pensões”, mas também de “olhar para a Segurança Social no seu todo”. “O país é hoje mais envelhecido do que há alguns anos. As instituições que ajudam o Estado e ajudam de uma forma decisiva a cuidar destas pessoas, mais idosas, com





necessidades de apoios especiais, passam elas próprias também por necessidades muito fortes”, disse.

Por isso, é “importante saber” como é que o Estado, através da transferência de verbas do Orçamento do Estado para o orçamento da Segurança Social, consegue oferecer cuidados mais humanos, mais próximos e, sobretudo, dirigidos para as pessoas que têm necessidades.

### PSD desafia Governo a dizer se manterá “política de contratualização” na Saúde

Portugal “precisa de saber” se o Governo socialista pretende “prosseguir” a política de “compromisso e contratualização” com as instituições ligadas à saúde, reiterando que na área da educação existe uma “regressão”. “É relevante saber se está ou não está nas intenções do atual Governo prosseguir a política de compromisso, de contratualização, de parceria com muitas destas instituições, sem as quais não conseguiríamos oferecer serviços de qualidade às pessoas”, ressaltou Pedro Passos Coelho em Vila Nova de Gaia, distrito do Porto, após uma visita ao Centro Social da Paróquia de S. Salvador de Grijó.

O líder do PSD referiu que “se o Estado tivesse de chegar a todo o lado só pelos seus próprios meios e pelos seus próprios equipamentos, a maior parte do país não teria acesso a este tipo de cuidados” e sublinhou que “caminho devia ser o de aumentar o grau de liberdade de escolha e não de o diminuir”.

“O setor da Educação é claramente uma área em que há uma regressão nesta matéria”, apontou. Já em



resposta a uma pergunta sobre propostas do Bloco de Esquerda para a área da saúde, Passos Coelho referiu que “de um modo geral se continua a assistir a uma alteração significativa na forma como o PS se vem comportando nas áreas sociais”.

“E não há dúvida que a agenda, que tem sido marcadamente do Bloco de Esquerda e do PCP, está a tomar cada vez mais conta da orientação política que o PS está a seguir, nomeadamente no Governo. Isso preocupa-nos porque isso não vai ao encontro nem da racionalidade, nem das funções de bem-estar para as pessoas”, reiterou.

## BE e PCP têm “obsessão ideológica” no dossiê dos contratos de associação

Após visita a uma instituição privada de solidariedade social em Vila Meã, Amarante, Passos Coelho considerou ser a “obsessão ideológica” do BE e do PCP que motiva o Governo socialista na questão dos contratos de associação do Estado com os estabelecimentos de ensino privados. “É só a obsessão ideológica de quem acha que a oferta pública é só a oferta do Estado”, afirmou Pedro Passos Coelho, acrescentando: “Uma vez que são o BE e o PCP que têm vindo a fazer estas reivindicações, a única coisa que eu posso constatar é que agora o Partido Comunista e o BE têm uma influência decisiva nestas políticas que o Governo tem vindo a adotar”.

Acompanhando do presidente da Câmara, José Luís Gaspar (PSD), o ex-primeiro-ministro recordou que o PS já foi governo várias vezes e nunca esta questão se tinha colocado, havendo o entendimento de que “a rede pública inclui toda a rede que é protocolada com outras instituições, desde que respeitem as normas públicas, de acordo com as regras do Estado, desde que os custos com o ensino, com a saúde e com o apoio social sejam dentro daquilo que o Estado possa praticar”.

Insistindo que o que se está a passar com a questão dos contratos de associação no ensino é a “agenda do Bloco de Esquerda”, recordou a revisão da Constituição de 1982, a qual, sublinhou, “deixou muito claro que nem o ensino particular e cooperativo é supletivo daquele que é ministrado pelo Estado, bem como a rede pública não significa apenas a rede do Estado”.

A propósito do fim do contrato de associação com o Externato de Vila Meã, apesar de não haver na região escolas públicas, como alegam os autarcas locais, Passos comentou: “Isto é uma cegueira completa e esta cegueira não existia antes”.

Para o líder da oposição, “o estudo é bastante inconsistente, muito incompleto” e com os dados que tem o PSD “mostra que não só as famílias vão ficar pior, como o Estado vai gastar mais para resolver um problema que está resolvido”. “Há aqui uma questão de total falta de bom senso. É uma cegueira completa aquilo que se está a passar”, exclamou.



Passos Coelho mostrou-se também receoso de que os próximos passos da esquerda parlamentar e do Governo sejam virar-se para os acordos do Estado com as instituições particulares no ensino pré-escolar, saúde e assistência social.

“Não são receios infundados, são receios motivados por promessas que os partidos da maioria têm vindo a fazer”, comentou.

Em resposta a uma pergunta da Lusa, o líder social-democrata recordou “ter havido já a apresentação na

Assembleia da República, por parte, pelo menos do PCP, de um projeto de resolução que recomenda justamente isso ao Governo, que o pré-escolar seja só oferecido por equipamentos do Estado”.

O presidente do PSD acrescentou haver “uma promessa do BE de que o mesmo princípio se deve vir a aplicar à área da saúde e estender ao apoio social”.

Pedro Passos Coelho dedicou o dia 6 de junho a uma jornada da Ação Social. Nos dias 22 e 23 de maio, a direção promoveu uma jornada da Valorização do Território por Trás-os-Montes.





Pedro Passos Coelho no debate sobre a reforma da Segurança Social

“A maioria está esgotada”

A maioria de esquerda parlamentar está “esgotada”, não mostra disponibilidade para “nada”, encontra-se “fechada” a qualquer debate perante os portugueses e prefere refugiar-se numa “canga dogmática” sobre o futuro da Segurança Social. Palavras proferidas por Pedro Passos Coelho no debate que encerrou dia 8 de junho, em plenário, na Assembleia da República, a discussão sobre o projeto de resolução do PSD para a criação de uma comissão eventual para a reforma da Segurança Social.

Numa intervenção aplaudida de pé pelos deputados do PSD e que também recebeu palmas da bancada do CDS-PP, Pedro Passos Coelho deixou palavras duras: “Se o PS e as outras forças de esquerda não têm sequer disponibilidade para, numa comissão eventual, abordar possíveis soluções e avaliar diagnósticos sobre a Segurança Social, retirando toda a canga dogmática da discussão, então é porque não estão disponíveis para nada”, disse.

Antecipando o chumbo do projeto de resolução da sua bancada, o líder social-democrata acusou a maioria de esquerda de “nem sequer aceitar iniciar um trabalho para procurar um compromisso” sobre o futuro do sistema de Segurança Social.

Uma atitude que, na sua opinião, revela que o conjunto de partidos que suporta o atual Governo “está fechado sobre si próprio, esgotado e não quer discutir com o país coisa nenhuma”. “E essa é a pior notícia que podia sair deste parlamento”, alertou o ex-primeiro-ministro.

Ao longo da sua intervenção, o presidente do PSD advertiu a esquerda parlamentar para os “problemas estruturais” evidenciados pelo atual sistema de repartição da Segurança Social pública, vincando que na melhor das estimativas a sua dívida representará cerca de 84% do PIB (Produto Interno Bruto) e na pior das hipóteses quase 180% do PIB.

Ora, de acordo com Passos Coelho, quanto mais tempo se demorar a enfrentar este problema “mais caro sairá aos portugueses” e “menos confiança” haverá em relação à economia do país.

Pedro Passos Coelho lamentou também que a oposição recorra a “processos de intenção” quando o PSD sustenta que a reforma da Segurança Social “está por fazer”. “Isto dito por alguém que tem a experiência de

ter sido primeiro-ministro deveria ter sido um ponto importante de constatação sobre a intenção de quem hoje está na oposição querer ajudar a resolver um problema estrutural que não se conseguiu solucioná-lo no passado. Mas, pelo contrário, esta constatação é atirada com um processo de intenção naquela lógica de que quem não resolveu antes também não quer resolver agora”, disse, em mais uma farpa dirigida às bancadas da esquerda parlamentar.

O presidente social-democrata e deputado criticou depois as bancadas da oposição por, ao longo do debate, perante o projeto do PSD, se ter refugiado “argumentos de ordem burocrática”, no estilo de que já existe uma comissão parlamentar de Segurança Social, então porquê criar-se outra.

“A ideia é criar a partir do parlamento condições para afastar os falsos problemas, centrando-se os deputados nos diagnósticos que são incontroversos sobre o futuro do sistema de Segurança Social, e testar soluções. Cada um terá as suas, mas quaisquer que sejam as soluções apresentadas por cada um, o importante é que possam corresponder à avaliação dos problemas detetados”, defendeu.

Para Pedro Passos Coelho, esse trabalho deveria realizar-se em 180 dias no parlamento, porque “qualquer reforma da Segurança Social terá de ser concertada com mais do que os parceiros sociais”.

“Quando se fala de pensões, questão que toca a toda a gente, é fundamental que esse debate se faça com a sociedade - e não há nenhum outro local que esteja mais próximo de representar a diversidade social e política do país que não a Assembleia da República. O importante é todos porem de lado argumentos datados de natureza partidária e preocuparem-se com o futuro”, sustentou ainda o ex-primeiro-ministro.

No entanto, de acordo com Passos Coelho, na reação, a maioria de esquerda procurou antes “desqualificar” o PSD, alegando que “quem no passado fez assim ou assado então nada pode fazer para futuro”. “Ora aí está uma boa conceção de democracia”, acrescentou o presidente do PSD, em mais uma crítica dirigida à esquerda parlamentar.

PS, Bloco de Esquerda, PCP e “Os Verdes” acabaram por rejeitar o projeto de resolução apresentado pelo PSD, para a criação de uma comissão eventual no parlamento para se proceder a uma reforma da Segurança Social. A resolução social-democrata contou com o apoio dos deputados do CDS-PP.



# Lei das 35 horas terá impacto orçamental



A reposição das 35 horas de trabalho na função pública é “um erro” e terá um inevitável impacto orçamental. No final de uma visita à Autoridade Nacional de Proteção Civil, em Carnaxide, Oeiras, 9 de junho, Passos Coelho insistiu que “a decisão foi tomada de repor 35 horas na função pública é uma decisão politicamente errada” e que “parece evidente que haverá impactos orçamentais”. “Eu não sei se é inconstitucional ou não porque não sou constitucionalista. O principal problema das 35 horas, do meu ponto de vista, não é o da eventual inconstitucionalidade; é criarmos uma distinção entre os funcionários públicos e os trabalhadores em geral, num caminho que estava a ser prosseguido de convergência de condições. É um erro”, lamentou.

Na opinião do líder da oposição, é importante o aviso que Marcelo Rebelo de Sousa deixou de que vai avaliar o impacto, mas parece “quase inevitável antecipar o resultado”. “Ou consideramos que as cinco horas a menos não fazem diferença nenhuma, ou sendo que faz diferença, como é evidente há de custar mais caro”, avisou.

Interrogado sobre se ficou desiludido com esta promulgação, Passos Coelho foi perentório: “Os vetos do senhor Presidente da República correspondem a atitudes políticas do Presidente da República, que não toma decisões a pedido dos partidos, portanto eu nunca terei desilusão nenhuma com decisões do senhor Presidente da República”.

Ainda sobre vetos, o presidente do PSD respondeu a perguntas sobre a primeira devolução ao parlamento de um diploma na presidência de Marcelo Rebelo de Sousa, já que o chefe de Estado vetou o decreto que introduz a possibilidade de recurso à gestão de substituição (“barrigas de aluguer”), iniciativa que aliás Passos Coelho tinha votado a favor, apesar de haver indicação de voto contra por parte da bancada social-democrata.

“Não é indiferente o Presidente da República ter exercido o veto e sobretudo tê-lo feito recomendando ao parlamento que possa ter presente um conjunto de considerações que não deixaremos de analisar com cuidado, cada um de nós”, disse.

O ex-primeiro-ministro recordou que, “no que respeita ao PSD havia uma orientação de voto relativamente ao diploma, mas não havia uma disciplina de voto, o que significa que os deputados votaram de acordo com a sua consciência”. “Não deixarei de ponderar aquilo que são os argumentos do senhor Presidente da República e depois avaliaremos o que existe em termos de espaço de melhoria do próprio diploma para que ele possa ultrapassar, de alguma maneira, as considerações que o Presidente da República exarou na comunicação que fez ao parlamento”, disse.

O Presidente da República promulgou no dia 7, o diploma que restabelece as 35 horas de trabalho semanais na função pública, mas deixou o aviso de que será solicitada fiscalização sucessiva, se for evidente, na aplicação do diploma, que haverá um acréscimo de despesa.

Pedro Passos Coelho alertou também que o primeiro-ministro deve olhar para os “fatos negativos”, plasmados nas previsões do crescimento económico do Banco de Portugal, e, “com alguma humildade”, corrigir a trajetória da economia. Em causa estão os dados do Banco de Portugal, conhecidos na quarta-feira, que reviu em baixa





as projeções de crescimento económico, esperando um aumento de 1,3% este ano e que, em 2018, o nível do Produto Interno Bruto (PIB) esteja próximo mas abaixo do registado antes da crise de 2008.

“Espero que o primeiro-ministro olhe para as duas coisas: para os factos que já temos, que não são positivos, e para as projeções que são feitas a partir desses factos, que não são boas também e isso exigiria, com alguma humildade, correções que quanto mais cedo ocorrerem, melhor nos permitirá contrariar as previsões que estão a ser feitas”, defendeu Passos Coelho.

Segundo Passos Coelho, “as previsões não são a confirmação de resultados que ainda não chegaram, mas não se podem deitar para o lixo e significam que, se não houver correção da trajetória económica que está a ser seguida, as previsões apontam qual será o resultado final”, que “não é um bom resultado”.

“As previsões que foram apresentadas pelo Banco de Portugal bebem nos fatos que foram observados na economia portuguesa no último trimestre de 2015 e sobretudo agora no primeiro trimestre de 2016. O facto do Banco de Portugal ter corrigido as suas previsões incorporando estes factos, chegando a previsões piores, significa que os factos que já são apurados são piores do que aqueles que existiam antes”, explicou.

### Debate sobre eventuais sanções a Portugal foi reconduzido a um “nacionalismo serôdio”

O líder do PSD criticou que o debate sobre eventuais sanções a Portugal tenha sido reconduzido a “uma espécie de nacionalismo serôdio”, esperando “humildade” da parte das outras forças políticas no reconhecimento dos bons resultados do anterior Governo. “Até me parece um mau indicador que não se esteja a querer argumentar racionalmente com Bruxelas porque reconduzir este debate a uma espécie de nacionalismo serôdio, que estamos todos juntos contra as sanções porque elas são



contra Portugal e Portugal não pode ter sanções é uma conversa curta”, criticou.

O líder do PSD manifestou recusar-se a acreditar que “as outras forças políticas não tenham também a humildade de reconhecer os resultados que foram alcançados quando se trata de justificar, perante as instâncias europeias, que esses resultados deveriam impedir que

sanções fossem aplicadas a Portugal”. “Se os outros partidos, só para não terem de dizer bem daquilo que nós fizemos, acham que não vale a pena argumentar, que o que é preciso dizer é que não é aceitável e que não queremos as sanções, nós achamos que isso é muito pouco quando se trata de defender o interesse nacional”, lamentou.

# A Segurança Social deveria ser um tema “incontroverso”

O PSD apresentou-se no parlamento de “espírito aberto” para um debate “sério e construtivo” sobre a Segurança Social, pelo que o avançar de uma comissão eventual sobre o tema deveria ser incontroverso. A constituição de uma comissão pede para em 180 dias “estudar e propor uma reforma estrutural do sistema público de Segurança Social português”, frisou o deputado do PSD Marco António Costa, que os partidos com assento parlamentar decidam se “pretendem perder-se nas querelas partidárias ou se desejam contribuir para a construção de consensos indispensáveis”.

O parlamentar social-democrata falava, dia 8, na abertura do debate para a criação de uma comissão eventual para estudar e promover uma reforma do sistema público de Segurança Social, tendo o PS antecipado já que irá votar contra esta proposta.

Marco António Costa, que foi por duas vezes secretário de Estado com a pasta da Segurança Social, afiança que o PSD não quer uma reforma que “corte pensões a pagamento, porque o tempo de emergência e resgate, felizmente, já passou”.

E foi mais longe: “Nem pretendemos qualquer solução de privatização do sistema de Segurança Social”. Hoje, e segundo o também vice-presidente do PSD, há indicadores que “traduzem a existência de ameaças que afetam a sustentabilidade da segurança social, nomeadamente no que refere ao “consistente aumento da esperança média de vida” - esta é uma boa notícia, sublinha Marco António Costa, mas, ao mesmo tempo, “aporta desafios acrescidos, nomeadamente quando a este envelhecimento populacional se soma uma natalidade recessiva”.



“Na prática, todos os números demonstram, concomitantemente, uma preocupante diminuição de pessoas que contribuem e um aumento acelerado do universo dos que beneficiam”, frisa.

A preocupação social-democrata passa por tratar os problemas neste setor “atempadamente” antes que se tenha de “remediar à pressa” no futuro os problemas que poderão resultar das “dificuldades que o sistema de segurança social enfrenta”.

O PSD pretende que esta comissão eventual tenha como objeto “a recolha de contributos, a análise e a sistematização de medidas orientadas para a susten-

tabilidade financeira e sociopolítica de longo prazo do sistema de Segurança Social”.

No âmbito da comissão deverão ser ouvidos os parceiros sociais, responsáveis institucionais públicos, privados, bem como personalidades do meio académico, e, no final, deverá ser apresentado um relatório com as respetivas conclusões.

Recorde-se que o líder do PSD voltou a propor uma discussão sobre a reforma da Segurança Social, tendo então sublinhado que “é imperioso não adiar a resposta política a este problema” e que a matéria não pode ficar reduzida às “preferências partidárias”.

# PSD apresentou resolução contra sanções europeias



O PSD apresentou, dia 7, um projeto de resolução contra a aplicação de sanções a Portugal, considerando-as “injustificadamente discriminatórias” face a outros Estados-membros, até pelos “esforços e resultados alcançados ao longo dos últimos anos”. Estas posições constam do texto da bancada do PSD e, sobre “construção de um projeto de resolução comum” da Assembleia da República, “relativamente ao procedimento de défices excessivo”, que deverá ser discutido esta quinta-feira.

O PSD e expressou a “rejeição pela aplicação de quaisquer sanções a Portugal [por parte da Comissão Europeia] no âmbito do Procedimento por Défices Excessivos, considerando os esforços e os resultados alcançados ao longo dos últimos anos em sede de consolidação orçamental”, lê-se no primeiro ponto da resolução.

O PSD recomendava ao atual Governo “a rejeição de um tratamento injustificadamente discriminatório de Portugal face a outros Estados-membros que não revelam, nem no plano dos resultados passados, nem no plano dos compromissos futuros assumidos, a ambição e o esforço coletivo protagonizado por todos os portugueses”.

Os sociais-democratas solicitavam ainda ao executivo socialista que, perante as instâncias e os parceiros europeus, “defenda uma estratégia orçamental de curto e médio prazo de consolidação apropriada ao cumprimento das regras europeias e das necessidades da economia nacional”. Ou seja, dependendo o encerramento do procedimento por défices excessivos aberto a Portugal “não apenas de resultados passados, mas também da amplitude e credibilidade dos compromissos para o futuro, recomendando o Conselho Europeu que Portugal reduza duradouramente o défice orçamental prevalecente”, PSD entende que “é crucial que o Governo português se apresente perante as instâncias europeias com uma estratégia ambiciosa e credível”.

Na nota introdutória do documento, PSD recorda que, ao longo do ciclo de cinco anos terminado em 2015, “tanto o saldo estrutural, como o saldo primário estrutural, melhoraram ao ritmo de mais de um ponto percentual em média anual”. “Mesmo no que respeita aos resultados alcançados no ajustamento estrutural em 2015, importa relevar os fatores que se conjugaram para introduzir elevada e inusitada incerteza na programação das variáveis orçamentais estruturais, bem como na avaliação dos resultados obtidos, instabilidade, neste último caso, ainda não superada”, refere-se na resolução.

Neste contexto, de acordo com o PSD, “o povo português teria extrema e injustificada dificuldade em compreender como é possível que acontecimentos extraordinários e imprevistos ocorridos no final de 2015, a par de uma elevada incerteza ainda não resolvida respeitante à medição do esforço orçamental estrutural dos últimos anos, determinassem a aplicação de sanções pelas instituições europeias, depois de um processo de consolidação orçamental ao longo de vários anos, exemplar no quadro europeu e internacional”.

Numa carta dirigida a Carlos César, Luís Montenegro defende que o parlamento “deve expressar uma posição que traduza aquela vontade última comum da sociedade portuguesa e possa obter o maior apoio parlamentar possível”: “Mais, entendemos que essa posição do parlamento deve ser expressa através de uma resolução, que tem naturalmente um valor deliberativo reforçado e mais adequado a situações meramente eventuais não verificadas”.

Num apelo reforçado ao consenso, o presidente do grupo parlamentar do PSD recorda a Carlos César que “é responsabilidade de todas os grupos parlamentares contribuir para que o parlamento possa deliberar sobre o mais importante: O que nos une, secundarizando o que nos diferencia”.

# PSD/Porto pede audiência ao futuro presidente da CCDR-N sobre Linha de Metro

A distrital do PSD/Porto vai pedir uma audiência ao futuro presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) para saber das intenções para a obra da Linha de Metro da Maia à Trofa. “Quando o novo comissário político do Governo, que vai ser nomeado presidente da CCDR-N, tomar posse, iremos pedir uma audiência no sentido de chamar a atenção para essa questão”, declarou o presidente da Distrital do PSD/Porto, Virgílio Macedo, depois de reunir com o presidente da Câmara Municipal da Maia, Bragança Fernandes.

Os deputados do círculo do Porto do PSD reuniram-se, dia 3, com o presidente da Câmara da Maia e membros do executivo municipal, no âmbito da Agenda de Valorização do Território, onde esteve em discussão a distribuição de fundos comunitários, a extensão da Linha de Metro e a Estrada Nacional 14.

A extensão da Linha de Metro “preocupa muito o município da Maia” – “até pela exoneração do presidente da CCDR-N” -, referiu Virgílio Macedo, recordando que existia um compromisso político entre a CCDR-N, os municípios da Trofa e da Maia e da Metro do Porto, sobre a extensão da Linha de Metro do ISMAE (Instituto Universitário da Maia) até à Trofa.

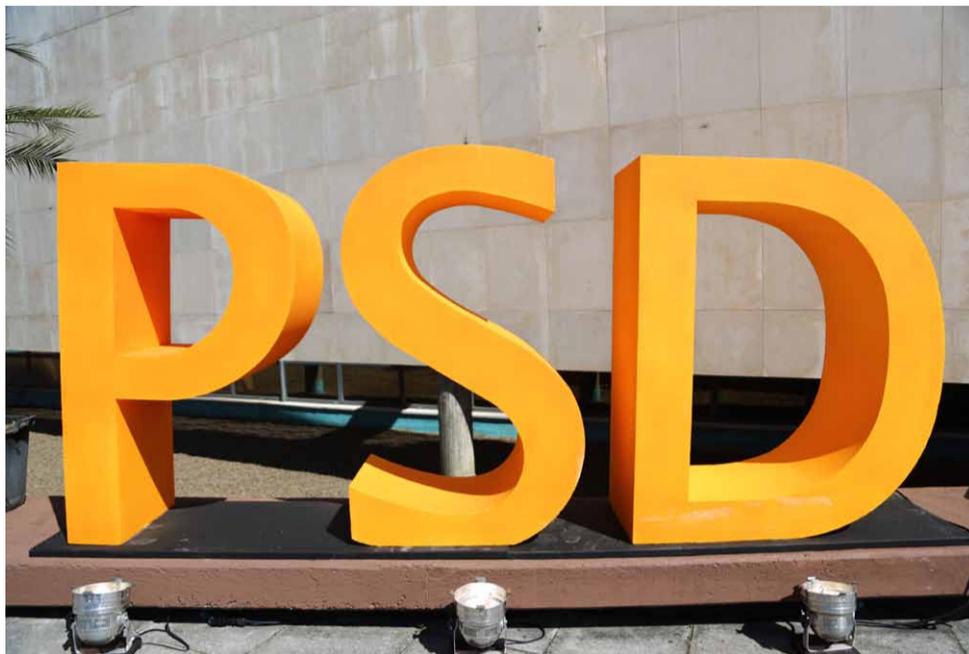
“Se não for para concretizar, então é porque o Governo (...) quer partidarizar a CCDR-N, porque estamos a falar de concelhos que são liderados por executivos do Partido Social Democrata”, considerou, esperando que o novo comissário político do “doutor António Costa” venha para servir os “interesses da região” e não para que a CCDR-N seja “sequestrada pela Partido Socialista”.

Segundo Virgílio Macedo, há disponibilidade dos municípios envolvidos para a componente financeira, assim como existiu “vontade política por o anterior Governo” e como também “existia disponibilidade por parte da CCDR-N para angariar os fundos necessários para a concretização desse pequeno troço”.

“No nosso entender esta alteração na liderança na CCDR-N em nada pode influenciar nessa decisão política que já estava tomada”, conclui.

Outro assunto abordado na reunião entre PSD/Porto e presidente da Maia foi a questão da Estrada Nacional 14, um projeto também assumido pelo anterior Governo e que já foi lançado pelas Infraestruturas de Portugal e que, segundo aquilo que temos conhecimento, nas últimas semanas houve eventualmente as instruções por parte deste Governo para (...) a sua execução ser mais lenta do que aquilo que estava programado”.

O “município da Maia mostrou-se preocupado sobre estas opções, este autoritarismo parece querer implementar na administração pública (...) e espera que no futuro que todas as opções que já foram tomadas politicamente sejam para manter e que não sejam alteradas por uma questão meramente político-partidária”.



## Reabertura de tribunais no distrito da Guarda é um “embuste”



A Comissão Política Distrital do PSD da Guarda considera que a reabertura dos tribunais de Mêda e de Fornos de Algodres, naquele distrito, é um “embuste” concebido “para dar frutos nas eleições autárquicas” de 2017. “Se estes dois concelhos não tinham o seu tribunal a funcionar, vão continuar a não ter o seu tribunal a funcionar. Nada de ilusões. A propugnada mudança foi pura cosmética, foi maquilhagem política, foi um embuste agora semeado só para dar frutos nas eleições autárquicas do próximo ano”, refere a distrital do PSD/Guarda em comunicado enviado à agência Lusa.

A estrutura política liderada por Carlos Peixoto refere, na nota intitulada “Muita parra e pouca uva”, que o Governo anunciou, “com contida pompa”, a reativação de 20 tribunais em todo o país, dois dos quais no distrito da Guarda.

“Esta intenção, que pelos vistos irá a ser posta em prática até final de janeiro de 2017, deveria, à primeira vista, merecer o aplauso das respetivas populações”, assinala o PSD.

Aponta que o PS tem-se “desdoblado” em elogios, “mandando os foguetes e apanhando logo as canas, talvez sem se aperceber que algumas delas lhe podem estoirar nas mãos”.

Para o PSD/Guarda, “uma análise fria e séria dos propósitos da ministra da Justiça deixa antever que não há motivo nenhum para festejos”. “Os tribunais em causa vão ter apenas um funcionário para abrir e fechar a porta da rua. As portas interiores continuarão encerradas. Não terão segurança nenhuma, não existirão processos na secretaria, não disporão de magistrados para realizarem julgamentos e fazerem diligências, nem contarão com oficiais de justiça para os coadjuvarem”, advertiu.

# Estradas ficaram degradadas com a construção do Túnel do Marão



O PSD e autarcas da Campeã e Torgueda, concelho de Vila Real, alertam para as reparações em estradas e sistemas de drenagem que “ficaram por fazer”, após a Autoestrada do Marão e que podem atingir os três milhões de euros. Luís Leite Ramos, deputado social-democrata e presidente da concelhia do PSD de Vila Real, referiu que, quase um mês depois da abertura da Autoestrada do Marão – Túnel do Marão, continuam “problemas por resolver” e que resultaram da “destruição de estradas, caminhos municipais e sistemas de drenagem de águas pluviais” aquando da construção do empreendimento.

O parlamentar referiu que “uma estimativa grosseira” aponta para um investimento que pode atingir os “três milhões de euros”. Luís Leite Ramos referiu ainda que vai questionar o ministro da Infraestruturas, através da Assembleia da República, querendo saber que avaliação foi feita sobre os impactos negativos decorrentes da obra, que intervenção foi feita e o que ainda vai ser feito.

Ao deputado, que falava aos jornalistas em conferência de imprensa, juntaram-se ainda os presidentes das juntas de Torgueda e da Campeã, freguesias que dizem que foram “muito afetadas” durante a construção da nova autoestrada, que abriu ao trânsito a 8 de maio.

A Infraestruturas de Portugal (IP) alega que “assegurou, em estreita articulação com os representantes das autarquias, o pleno restabelecimento das condições de circulação nas estradas nacionais e municipais utilizadas pelos empreiteiros”, tendo inclusive “promovido algumas melhorias nas condições de serviço, face às anteriormente existentes no início dos trabalhos”. Os sistemas de drenagem, “salvo situações pontuais devidamente identificadas e que serão solucionadas em parceria com os municípios, encontram-se em funcionamento, tendo sido concretizado o projeto e as soluções oportunamente acordadas com os representantes das autarquias e demais entidades interessadas”.

O presidente de Torgueda, Abílio Queirós, afirmou que “seis aldeias estão a ser penalizadas nas suas vias de acesso” e explicou que as estradas foram muito danificadas pela passagem dos camiões e máquinas afetas à autoestrada. O autarca frisa que havia compromissos assumidos pela primeira concessionária do empreendimento, que não foram depois concretizados. A IP assumiu a concessão apenas após o resgate da obra por parte do Estado.

O presidente da Campeã, Augusto Portela, referiu que a junta foi tapando alguns buracos nas estradas, mas sublinhou que é “precisa uma intervenção mais profunda” e afirmou que as populações não dispõem de vias alternativas.

Luís Leite Ramos considerou ainda que é “paradoxal” que a IP esteja a fazer obras no Circuito Internacional de Vila Real, que vai acolher o Campeonato do Mundo de Carros de Turismo (WTCC), e “não tenha dinheiro” para intervir nas zona afetadas pela autoestrada.

A Infraestruturas de Portugal referiu que os trabalhos de conservação nas estradas do circuito se inserem na sua atividade diária e que a sua concretização em tempo útil para a realização das provas “possibilita que este importante evento para a região, com ampla cobertura internacional, disponha de estradas de elevada qualidade”.

## Câmara de Caminha acumula 1,2 milhões de euros de faturas da água por regularizar

Os vereadores do PSD na Câmara de Caminha acusam o executivo socialista de “acumular” uma dívida de 1,2 milhões euros relativa à “falta de pagamento” do abastecimento de água ao concelho “desde setembro do ano passado”. Em comunicado, os vereadores do PSD consideram que “a falta de pagamento de um bem essencial como a água revela uma irresponsabilidade inadmissível” e acrescentam que voltaram a denunciar a situação na quarta-feira, em reunião camarária. “Os fatos estão a desmentir muito depressa que não se pode apoiar assessorias, verbas megalómanas para assessorias, festas e festinhas que permitam o presidente da câmara até andar de helicóptero, sabendo-se agora que voltaram a não pagar as faturas mensais à empresa das águas”, dizem na nota.

Acrescentam que “em 29 de maio de 2016 a dívida acumulada à empresa das águas já ronda os 1,2 milhões de euros”. “Em setembro de 2015 os vereadores do PSD denunciaram à opinião pública a existência de faturas sem pagar à empresa das águas, desde março de 2014, cujo montante rondaria os 2,5 milhões de euros. Depois do alerta feito, o executivo socialista apressou-se a assinar um acordo de pagamento que, acrescido dos juros de mora, prevê cinco anos de prestações mensais, de cerca de 50 mil euros”, sustentam.

Para os vereadores do PSD, trata-se de uma situação “muito grave” uma vez que “a Câmara continua a receber o dinheiro da água dos munícipes, impávida e serena, mas não paga a mesma à companhia das águas”.

Na nota, a bancada social-democrata sustentou que “se a Câmara fosse obrigada a pagar, mensalmente, a fatura da água, da recolha dos resíduos sólidos e das piscinas municipais de Vila Praia de Âncora, o município estaria sem dinheiro para pagar os salários aos trabalhadores”.

# PSD propõe louvor às forças portuguesas envolvidas no salvamento de refugiados



O PSD entregou na Assembleia da República um voto de louvor à participação das forças armadas e de segurança portuguesas no salvamento de refugiados no mar, nomeadamente a Polícia Marítima, que já resgatou 1.810 pessoas. O voto de louvor, que foi entregue às comissões parlamentares de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, dos Assuntos Europeus e da Defesa Nacional, destaca a participação das forças armadas e as forças de segurança portuguesas nas missões, a nível europeu, de salvamento de refugiados.

“Evocamos, deste modo, todos aqueles que, com nobreza e coragem, serviram e servem honrosamente o interesse nacional, contribuindo meritoriamente para uma maior e melhor segurança internacional”, lê-se no texto da bancada parlamentar social-democrata.

No ano passado, as operações conjuntas Triton e Poseidon, coordenadas pela Frontex (agência europeia que coordena a vigilância das fronteiras externas), “per-

mitiram salvar milhares de pessoas, sendo aumentados os recursos e os meios disponíveis para essas operações conjuntas”.

“Foram salvas mais de 250.000 vidas humanas. É certo que uma só morte que seja é uma morte a mais, mas não podemos esquecer que foram socorridas muito mais vidas do que aquelas que teriam sido perdidas caso nada tivesse sido feito”, refere o voto de louvor.

O deputado Duarte Marques explicou que o PSD pretende mostrar que “também há um lado positivo na estratégia europeia, que tem permitido salvar muitas vidas”, e “reconhecer o esforço das forças de segurança, que salvam pessoas todos os dias”.

Neste momento, acrescenta o voto do PSD, Portugal tem a Marinha a colaborar na missão da NATO (Organização do Tratado do Atlântico Norte) no mar Egeu, na Grécia, além de cerca de 40 agentes do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e 18 militares da GNR.

A Polícia Marítima resgatou 1.810 emigrantes e refugiados - destes, 409 eram bebés e crianças e 381 eram mulheres - no mar Egeu, desde dia 01 de outubro de 2015, no âmbito da Operação Conjunta POSEIDON SEA 2015. Também prestou apoio de primeiros socorros a 15 pessoas e fez quatro detenções.

“As nossas forças armadas, bem como as nossas forças de segurança, são a expressão viva de muito do que de melhor fizemos no passado e fazemos no presente, desenvolvendo hoje missões da maior relevância na cena internacional. Merecem, pois, pelo seu compromisso, de todos os portugueses uma gratidão, muitas vezes esquecida pela banalização do fundamental”, acrescenta o louvor.

O documento refere que o parlamento deve reconhecer “a importância da missão que desempenham, em Portugal e na Europa, trabalhando pela paz e sempre pela dignidade humana”, considerando-a um “testemunho patriótico”.



Maria Luís Albuquerque no parlamento

## “Esta maioria destrói a confiança”

“Muitas das medidas incluídas no Simplex são inegavelmente positivas para cidadãos e empresas. Muitas representam continuidade face às políticas dos anteriores governos, e bem, já que esta é uma área em que Portugal tem merecido o reconhecimento internacional e em que tem sido possível obter consensos alargados entre partidos políticos. Por isso, o PSD saúda o Governo pela continuidade destas medidas”. Estas foram as palavras iniciais de Maria Luís Albuquerque no debate temático sobre modernização administrativa e o “Programa Simplex”, 1 de junho.

De seguida, a deputada afirmou que com uma política de continuidade, a democracia só sai reforçada. Pelo contrário, adianta, “perde quando as palavras de ordem são revogar, reverter, ou retroceder, como uma espécie de cola para assegurar a sobrevivência de projetos políticos pessoais”: “O que preocupa o PSD, e acredito que preocupa muitos portugueses, é a ausência das reformas estruturais necessárias ainda por fazer, bem como a reversão de muitas que foram implementadas pelo governo anterior e que, até nas palavras do atual ministro das finanças, precisariam de tempo para produzir efeitos. O Simplex não resolve nada disto. Hoje mesmo a OCDE atualizou as suas previsões para a economia portuguesa, juntando-se às cada vez mais numerosas vezes que alertam para o irrealismo do cenário macroeconómico do Orçamento do Estado para 2016 e para a insustentabilidade do caminho que esta maioria está a impor a Portugal. A OCDE realça que o aumento do consumo que decorre da reposição de rendimentos para parte da população será travado pela incapacidade de criar emprego e destaca com principal preocupação a queda do investimento que se deve à elevada dívida das empresas, à fragilidade do sector bancário, mas também, notem, à incerteza política e à falta de vontade de continuar a implementar reformas estruturais. O Simplex não resolve nada disto”.

Segundo a deputada do PSD também o Banco de Portugal tinha-nos trazido uma perspetiva negra quanto ao investimento em 2016, com um crescimento quase nulo, mas a OCDE, baseando-se em dados mais recentes,

prevê já uma queda efetiva do investimento este ano, criticando abertamente a decisão de interromper a descida programada do IRC. Mais, adianta a social-democrata, a OCDE salienta a ainda forte segmentação do mercado do trabalho e a limitada concorrência nos sectores da energia, portos e serviços como impedimentos ao crescimento da produtividade e salienta que os riscos que enfrentamos são sobretudo internos.

Mas perante todos estes alertas o que faz esta maioria? Segundo Maria Luís Albuquerque, “reverte as reformas laborais, fazendo aumentar o desemprego, cede às corporações mais influentes e/ou mais próximas de alguns dos partidos que a compõem, destrói a confiança e afasta os investidores, e defende um crescimento assente no consumo que só vai beneficiar países como a Alemanha. A OCDE não nos diz, infelizmente, nada de novo. Já tivemos em Portugal estas políticas, estas orientações, e lembramo-nos todos bem demais dos seus resultados. Esperamos que mais vozes autorizadas a alertar para os riscos possam fazer esta maioria arrepiar caminho e recolocar Portugal numa trajetória de convergência para a Europa”.

A terminar, a deputada frisou que as reformas de que o nosso país precisa continuam ausentes das propostas da maioria e a nossa abertura para fazer um debate sério continua a não ter eco. “Para quando uma discussão sobre a urgente reforma da Segurança Social, uma reforma de fundo que defenda os pensionistas de hoje e de amanhã? Para quando uma discussão séria sobre educação que defina de uma vez por todas um modelo que assegure um futuro de portugueses qualificados, e não este constante desfazer do que foi feito? Para quando um acordo sobre política fiscal que dê aos investidores estrangeiros confiança para trazerem para Portugal o capital de que tanto precisamos para crescer? O Simplex não resolve nada disso. “Olhando para os seis meses de governo desta maioria, o destaque é para o que se desfez, reverteu, apagou. Com tanta pressa que se percebe o receio de não terem tempo suficiente para por em prática a sua estratégia de não deixar pedra sobre

pedra, que possa não haver tempo para satisfazer todos os interesses particulares, sectários, com que estão comprometidos. Percebem-no os portugueses, percebem-no os que nos observam de fora com crescente apreensão. Tantos sacrifícios que fizemos para agora serem tão levemente desperdiçados”.



# Sem o apoio do Estado, linha marítima da Madeira ficará por fazer

O presidente do Governo Regional da Madeira lembra que, sem o apoio financeiro do Estado, a operação marítima de “ferry” para ligar a região ao território continental será irrealizável. “O transporte marítimo deve ser considerado a nível de ajudas dos Estados”, afirmou Miguel Albuquerque durante o debate mensal, subordinado ao tema “promoção turística”.

Miguel Albuquerque entende como “fundamental considerar esta operação com apoio, senão não se vai realizar”. Está a ser avaliado se a operação deve ter uma realização anual ou sazonal, visto que os cerca de 12 mil passageiros que utilizaram a linha viajaram sobretudo nos meses de verão.

A linha por “ferry” entre a Madeira e o continente terminou em 2011, depois de o armador espanhol Naviera Armas ter abandonado a rota devido a alegados prejuízos anuais da ordem dos seis milhões de euros. Já em janeiro, na apresentação do relatório da auscultação a transportadoras, o secretário regional da Economia, Eduardo Jesus, afirmou que o restabelecimento da ligação só é viável com indemnizações compensatórias ao armador pelo Estado.

Sobre a segurança nos percursos pedonais da ilha, onde têm ocorrido vários acidentes mortais, o líder do executivo insular indicou que estas situações acontecem sobretudo em “levadas consideradas não recomendadas”. Miguel Albuquerque anunciou no debate que existe “um conjunto de atratividades turísticas que vão ser pagas” na Madeira, exemplificando com o caso dos viveiros de trutas no Ribeiro Frio, concelho de Santana.

Este espaço regista uma média de 300 mil visitantes/ano, pelo que o pagamento de um euro por entrada, por exemplo, permitiria arrecadar uma verba para a conservação daquela zona na costa norte, perspetivou.



Miguel Albuquerque declarou ainda, na sequência de uma intervenção do CDS, que o executivo está a preparar um novo Plano Estratégico do Turismo, visando a sua adaptação às novas realidades e à evolução do setor.

Quanto ao facto de a companhia aérea Everjet ter abandonado a rota da Madeira, o governante explicou que a decisão da empresa foi justificada por “não ter tido uma adesão relativamente às expectativas de

crescimento e procura” e o “número de bilhetes ter sido manifestamente insuficiente”.

Por seu turno, o secretário da Economia, Turismo e Cultura, Eduardo Jesus, criticou a “agenda paralela” desenvolvida pela Câmara do Funchal na área da promoção turística, revelando uma “desorientação profunda”, sem “qualquer coordenação ou contacto” com as entidades regionais.

## Madeira vai fazer “pressão” para solucionar caso dos lesados do Banif



O Governo Regional da Madeira vai continuar a fazer a “pressão necessária” para que seja encontrada uma solução para o caso dos lesados do Banif. “Neste momento, a minha ideia é continuar a fazer a pressão necessária, também junto das entidades reguladoras, para que se chegue a um entendimento”, afirmou o governante, após ter recebido em audiência a direção da Associação de Lesados do Banif (ALBOA), 8 de junho.

A associação representa três tipos de ex-clientes do banco: obrigacionistas subordinados e Rentipar (‘holding’ através da qual as filhas do fundador do Banif – Banco Internacional do Funchal, Horácio Roque, detinham a sua participação no banco) e acionistas.

Entre os lesados encontram-se centenas de emigrantes e ex-emigrantes madeirenses, muitos dos quais estão, segundo o presidente do Governo Regional, em “situação periclitante”, alguns já a viver com apoio dos serviços de Segurança Social. “A associação representa pessoas com um perfil de literacia financeira relativamente baixo, que viram as suas poupanças transformadas em outros produtos lançados pelo banco, muitos deles sem terem consciência do que estavam a subscrever, e hoje têm uma situação económica muito difícil”, afirmou, por outro lado, o presidente da ALBOA, Jacinto Silva. Em causa estão 263 milhões de euros oriundos de 3.500 obrigacionistas subordinados e 65 milhões de euros respeitantes a um número indeterminado de lesados Rentipar. Existem também cerca de 40 mil acionistas, dos quais 25 mil da Madeira, que foram prejudicados com a venda do Banif ao Santander Totta.

“A paciência das pessoas está-se a esgotar. Temos manifestações de desespero e quando as pessoas entram em desespero, [a situação] poderá fugir-nos do próprio controlo”, disse Jacinto Silva, sublinhando que a ALBOA está a preparar ações judiciais contra o Banco de Portugal e a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, depois de já o ter feito contra a resolução do Governo da República sobre a venda do Banif e

contra o diretor de informação da estação televisiva TVI, que divulgou a notícia.

Em 20 de dezembro de 2016, o Governo e o Banco de Portugal anunciaram a resolução do Banif, com a venda da atividade bancária ao Santander Totta, por 150 milhões de euros, e a criação da sociedade-veículo Oitante, para a qual foram transferidos os ativos que o Totta não quis comprar. O Banif S.A. ficou unicamente com as posições dos acionistas e dos obrigacionistas subordinados. Neste ‘banco mau’ - à semelhança do BES “mau” - ficaram ainda as operações que o banco tinha no Brasil e em Cabo Verde.

A direção da ALBOA também esteve reunida na passada quarta-feira, 8 de junho, com o presidente da Comissão de Inquérito ao Banif da Assembleia Legislativa da Madeira, o social-democrata Carlos Rodrigues, e à tarde promoveu uma sessão de esclarecimento com os lesados.



# povo livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

DIRECTOR: CARLOS ENCARNÇÃO DIRECTOR-ADJUNTO: JOÃO CORDEIRO PEREIRA N.º 1017 • 12 DE ABRIL 1995 • PREÇO 100\$00

AR aprova pacto de regime proposto por Fernando Nogueira



## Novo sentido de confiança entre os cidadãos e os responsáveis políticos

«Com total abertura para a procura do consenso que nesta matéria é decisivo, disponível para o diálogo a estabelecer e aprofundar nesse sentido, assumo aqui, assumo comigo o PSD, a quota parte que me cabe nesta tarefa de revivificar a imagem da política e dos políticos, agentes insubstituíveis da realização da democracia». — Afirmou o

Presidente do PSD, Fernando Nogueira, ao apresentar na AR um conjunto de propostas visando a transparência da vida política, de que resultou a criação por consenso de todos os partidos, de uma Comissão Parlamentar para estudar o assunto.

4

### Desemprego

Taxa em Portugal é a 2.<sup>a</sup> mais baixa da União Europeia 3

Falcão e Cunha: Em 1994 houve aumento líquido do emprego 4

Previsões optimistas do FMI para o nosso País

Subida do crescimento e descida da inflação 3

GRANDE FESTA  
EM COIMBRA  
DIA 6 DE MAIO  
XXI ANIVERSÁRIO  
DO PSD

### I Conselho Nacional de 1995

Ao abrigo do Artigo 19.º dos Estatutos convoco o Conselho Nacional para reunir em Lisboa, no próximo dia 22 de Abril (sábado), a partir das 10 horas, no auditório da Sede Nacional, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Ponto 1 – Informações;
- Ponto 2 – Aprovação das contas de 1994;
- Ponto 3 – Análise da situação político-partidária.

O Presidente da Mesa do Congresso

*Eurico de Melo*

# O défice de 2015 e as sanções a Portugal

Maria Luís Albuquerque (\*)

A possível aplicação de sanções a Portugal por parte da União Europeia tem sido o tema que, merecendo uma posição unânime de todos os partidos com assento parlamentar na sua rejeição, não deixa de evidenciar as profundas diferenças que nos separam. Para que a discussão possa ser esclarecedora importa repor a verdade face à repetida afirmação por parte de dirigentes e deputados da maioria de que o défice de 2015, sem o efeito Banif, se situou em 3,2% do PIB.

Vamos por partes. Quem tem a responsabilidade de apurar o défice orçamental para efeitos do Procedimento por Défices Excessivos (PDE) são as entidades estatísticas europeias. O INE reportou, por seu lado, que Portugal registou um défice orçamental em 2015 correspondente a 4,4% do PIB. Reportou igualmente que neste valor está incluído o impacto da resolução do Banif que ascendeu a 1,4% do PIB. Ora, se a 4,4% subtrairmos 1,4 pontos, o resultado é 3%. Uma conta muito simples e que não devia sequer suscitar dúvidas.

Sucede que, nas previsões de Primavera publicadas pela Comissão Europeia em 3 de maio, é referido o valor de 3,2% do PIB. E é este número que, por ignorância nuns casos, por má-fé noutros, e em ambos de forma irresponsável, tem vindo a ser repetido na tentativa de imputar a responsabilidade de eventuais sanções ao Governo anterior. O que a Comissão Europeia vem dizer é que, se ao défice total de 4,4% reportado pelo Eurostat fossem retiradas, do lado da receita e da despesa, todas as medidas de carácter extraordinário, i.e., que não se repetem no ano seguinte, daí resultaria um défice de 3,2% do PIB. Ou seja, pelas contas da Comissão Europeia, seria este o ponto de partida para 2016 em termos de esforço para o Governo português. E, para que fique claro, neste cálculo conta-se o efeito da resolução do Banif, entre injeção de fundos pelos contribuintes e pelo Fundo de Resolução, mas também outras receitas e despesas que, sendo legalmente consideradas no cálculo do défice orçamental, não voltariam a ter lugar em 2016 e anos seguintes.

Porém, se em alguns casos esta classificação é inequívoca, noutros depende da discussão que é feita entre o Ministério das Finanças e a Comissão Europeia. Por exemplo, para 2015 foi considerada como receita extraordinária a que resultou da alteração da tributação dos fundos de investimento em sede de IRC, mas na verdade tratou-se de uma alteração permanente que dará receita anual futura. Também não foi registada como extraordinária uma operação interna de reforço de capitais da CGD no valor de quase 160 milhões de euros, que obviamente não é repetível. Daqui se extrai, claramente, que o atual Governo não fez o esforço necessário junto da Comissão Europeia para defender o resultado justificado de 2015.

Sendo estas discussões muito importantes para a avaliação que a Comissão Europeia faz da ação efetiva por parte do Estado-membro, o seu resultado não releva para efeitos do Procedimento por Défices Excessivos. Neste, o que conta é apenas o défice nominal apurado pelo Eurostat que tem de ficar no máximo em 3% do PIB. Além disto, para que o PDE possa ser encerrado, o Estado-membro tem de assegurar, de forma credível, que manterá a trajetória descendente nos anos seguintes.

A dimensão do ajustamento estrutural nas contas públicas portuguesas entre 2010 e 2015 merece também uma explicação detalhada. Sabemos bem o esforço que Portugal fez para controlar o défice e colocar a dívida pública numa trajetória descendente. Sabemos bem também quais as medidas que foram postas em prática e quais os efeitos muito reais que tiveram sobre o dia-a-dia de cidadãos e empresas. No entanto, a correspondência



entre esse esforço real e a sua contabilização pela Comissão Europeia tem variado ao longo do tempo, mesmo sobre o passado. Entre 2010 e 2015 houve alterações de critérios estatísticos, designadamente sobre o que deve estar dentro do perímetro das contas públicas, mas também revisões da metodologia de cálculo do produto potencial e sobretudo, com impacto muito significativo, uma revisão em baixa do PIB de 2012, conhecida no final de março de 2015, que, tomadas em conjunto, alteraram toda a quantificação do esforço estrutural feito e planeado no OE 2015, ainda que para exatamente as mesmas medidas e correspondentes sacrifícios. Ora, também neste caso o Governo não se esforçou para que fossem considerados, no ajustamento estrutural de 2015, os inegáveis efeitos do combate à fraude e evasão fiscais, que resultaram num alargamento permanente da base de incidência dos impostos e tiveram efeito estrutural.

Ainda assim, seja qual for a métrica aplicada, o ajustamento estrutural dos últimos anos foi superior a 6 p.p. do PIB, um esforço de consolidação das contas públicas sem precedentes em Portugal e um dos mais elevados na União Europeia. Ninguém sugere, e certamente nem a atual maioria, que se deveriam ter imposto mais medidas ou pedido mais sacrifícios. Como se justificaria assim que a Europa, que reconheceu estes esforços e elogiou a capacidade do país, viesse agora impor sanções? Coisa diferente é, naturalmente, a preocupação que possam ter com o presente e o futuro, mas nesse domínio cabe à atual maioria que governa o país fazer o necessário para tranquilizar os parceiros europeus, os investidores e os mercados, assegurando as condições para o crescimento económico e o emprego. A julgar pelos primeiros seis meses de governação, parecem infelizmente pouco dispostos a seguir por esse caminho...

(\*) Vice-Presidente do PSD

# Ganhar mas para quê?

Carlos Carreiras (\*)



Quem é o candidato à Câmara A ou B? O que é um bom resultado para o PSD nas autárquicas? O PSD vai a jogo sozinho ou em coligado? Estas são as questões que mais insistentemente têm sido feitas aos responsáveis pelo processo autárquico no meu partido. Mas antes das respostas, é preciso recentrar o debate no essencial. Aí a pergunta é outra. Porque ganhar todos querem, aos partidos têm de ser exigidas respostas à pergunta: ganhar as autárquicas para quê?

As eleições são ganhas de duas formas: ou quantitativamente, condição essencial para a vitória mas não suficiente, bastando para isso ter mais um voto; qualitativamente e, nesse caso, é preciso conjugar a maioria de votos com um projeto estratégico sólido. Como as vitórias quantitativas dificilmente são sinónimo de bom governo, o PSD está a trabalhar para obter vitórias necessariamente qualitativas. O partido está a preparar-se para que os resultados sejam uma garantia de estabilidade governativa local e de prosperidade para as autarquias. Qualquer outra leitura que, nesta fase, abalroe a perspetiva local, é entretenimento político.

Esta abordagem às autárquicas implica o reconhecimento que o municipalismo é o mais bem-sucedido resultado do 25 de Abril. À porta dos seus 40 anos, o poder local assumiu-se como escola democrática e

incubadora de um rarefeito consenso político. Apesar da anacrónica lei autárquica, as eleições locais geram governos estáveis e capazes de produzir resultados muito melhores do que o conjunto do país: as câmaras gerem “superávits” e o Estado central acumula défices; as câmaras fazem investimento público e o Estado central corta-o; as primeiras garantem a coesão social quando o segundo falha em promovê-la. Porque foram mais rápidas no ajustamento dos seus recursos, as autarquias fazem mais e melhor criando menos dívida - só 2% do total contra 95% do Estado central. Há mérito de todos os que vestiram o fato de autarca. Se queremos quadros qualificados na política, não podemos ser complacentes com o preconceito contra os autarcas. Há quem acredite que fica bem diminuir os autarcas, pintando-os como gastadores incorrigíveis, amantes de rotundas e políticos menores. Estas generalizações bacocas tomam os erros de alguns como os defeitos de todos. E, pior do que isso, desprestigiam o poder local e reforçam pulsões centralistas prejudiciais ao país.

A abordagem que o PSD faz das autárquicas parte ainda de duas visões estratégicas para o poder local. A primeira é a de que as autarquias podem ser parceiras na resolução dos bloqueios do país. Por exemplo na reforma do Estado, os movimentos de descentralização iniciados pelo anterior governo na Educação, Saúde,

Cultura e Segurança Social devem ser aprofundados no sentido de um verdadeiro Estado social local. Mas também na recuperação da participação cívica e da confiança entre eleitores e eleitos, aperfeiçoando os mecanismos de democracia participativa. Por último, também no setor financeiro o envolvimento do poder local pode fazer brotar soluções inovadoras em questões complexas. Se os ativos imobiliários são um fardo para os bancos e se as câmaras têm uma forte participação na gestão do território, uma solução que alivie os contribuintes pode passar pela cooperação com as autarquias. A segunda visão é a de que está nas câmaras a possibilidade de relançamento do crescimento e até a criação de uma nova economia. A economia do mar, a economia das cidades, em especial a nova economia que torna as cidades inteligentes, a requalificação e regeneração urbana, a economia verde, as novas soluções de mobilidade e conectividade das cidades são centrais para o progresso da sociedade e para a afirmação de Portugal na Europa. As autárquicas não são apenas mais umas eleições. São uma peça-chave nesse grande projeto de reforma, mudança e progresso que o PSD preconiza para Portugal e os portugueses.

(\*) Coordenador Nacional Autárquico do PSD

## CONVOCATÓRIAS DO PSD

### Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



### ALCOBAÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção, de Alcobaca para reunir no próximo dia 28 de Junho de 2016, (terça-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Av. Prof. Eng. Joaquim Vieira Natividade, com a seguinte Ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política
- 2 - Outros assuntos

### ALMADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção, de Almada para reunir no próximo dia 22 de Junho de 2016, (quarta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua da Liberdade nº 38 A, com a seguinte Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Aprovação do Plano de Estratégia Autárquica
- 3 - Análise da situação política

### BARCELOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Barcelos, para reunir no próximo dia 24 de Junho de 2016, (sexta-feira) pelas 21h30 na sede, sita na Av. Alcaldes de Faria, 270 - 1º D, com a seguinte Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação político-partidária

### BRAGA / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convocam-se todos os Militantes do Distrito de Braga, dotados de capacidade Eleitoral, conforme a respectiva Secção de inscrição, para reunir no próximo dia 15 de Julho de 2016 (Sexta-feira), pelas 18h00, com seguinte Ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição da Mesa da Assembleia Distrital
  - 2 - Eleição da Comissão Política Distrital
  - 3 - Eleição do Conselho de Jurisdição Distrital
  - 4 - Eleição dos Delegados á Assembleia Distrital
  - 5 - Comissão Distrital de Auditoria Financeira Local de votação
- Amareiros - Rua Francisco Bernardo Sousa Monteiro, nº 36 - Ferreiros  
 Braga - Largo da Senhora - A - Braga, 116  
 Barcelos - Av. Alcaldes de Faria, 270m- 1º Dtº  
 Cabeceiras de Basto - Rua das Pondres (Quinchoso)  
 Celorico de Basto - Rua Baltazar Rebelo de Sousa e Castro - Edif. S. Silvestre Bloco C Loja 5  
 Esposende - Largo Dr. Fonseca Lima, 14 - A  
 Fafe - Praça 25 de Abril  
 Guimarães - Largo do Toural, 125 - 1º  
 Póvoa de Lanhoso - Rua Comandante Luis Pinto Silva, nº 1 - 4º A  
 Terras do Bouro - Junta de Freguesia de Moimenta  
 Vieira do Minho - Av. Barjona Freitas - Edif. Alto Minho  
 Vila Nova de Famalicão - Rua Adriano Pinto Basto, 212 - 3º Sala 14  
 Vila Verde - Rua 1º de Maio, nº 33 - 1º trás  
 Vizela - Rua Fonseca e Castro, nº 130 B  
 Notas  
 - As Listas candidatas devem ser entregues ao Presi-

dente da Mesa da Assembleia Distrital ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede Distrital, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, encontrando-se a sede aberta para o efeito, das 20h00 às 24h00.

- As Listas de candidatura dos Delegados de Secção, devem ser entregues aos Presidentes da Mesa Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente os possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estarão abertas das 18h00 às 22h00.

### CELORICO DE BASTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Celorico de Basto, para reunir no próximo dia 15 de Julho de 2016, (sexta-feira) pelas 18h00, na sede junto à Biblioteca Municipal, com a seguinte Ordem de trabalhos

- 1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
- 2 - Eleição da Comissão Política de Secção

Notas - As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o estatutariamente o possa substituir, na sede da Secção, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estarão abertas das 18h00.às 22h00

### CHAVES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Chaves, para reunir, no próximo dia 01 de Julho de 2016 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede sita na Av. Tenente Valadim, 47 - E, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto único - Análise da situação política.

### GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção da Guarda, para reunir no próximo dia 30 de Junho de 2016 (quinta-feira), pelas 21h00, no Auditório Centro Social e Cultural de São Miguel, sito na Av. da Igreja - Guarda-Gare, com a seguinte Ordem de trabalhos

- 1 - Análise e discussão da situação político-partidária - local e nacional
- 2 - Eleições Autárquicas 2017

### LISBOA ÁREA OESTE / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia distrital de Lisboa Área Oeste, para reunir no próximo dia 25 de Junho de 2016 (sábado), pelas 18h00, na sede da secção de Torres Vedras, sita na Rua 9 de Abril, nº 1 3º. - Torres Vedras, com a seguinte Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Aprovação do Regulamento da Assembleia Distrital
- 3 - Análise da situação política com a presença da Vice-presidente do PSD Maria Luís Albuquerque

### LITORAL - PORTO / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo Litoral - Porto, para reunir no próximo dia 15 de Julho de 2016 (Sexta-feira), pelas 18h00, na sede distrital do Porto, sita na Rua Guerra Junqueiro, 64 - Porto, com a seguinte Ordem de trabalhos

- Ponto Único: Eleição da Comissão Política do Núcleo
- Notas  
 - As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política do Núcleo ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.  
 - As urnas estarão abertas das 18h00 às 22h30

### MONÇÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Monção para reunir, no próximo dia 22 de Junho de 2016 (quarta-feira), pelas 20h30, na sede sita no Largo do Rosal, nº 27, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 - Análise da situação política local e nacional

### MONDIM DE BASTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Mondim de Basto, para reunir no próximo dia 16 de Julho de 2016, (sábado) pelas 14h00, no Auditório da Assembleia Municipal sita, na Praça do Município, com a seguinte Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

Notas  
 - As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estarão abertas das 14h00.às 16h00

### OLIVEIRA DO BAIRRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Oliveira do Bairro para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 24 de Junho de 2016 (sexta-feira), pelas 21h00, no Centro Cultural Prof. Élio Martins (Silveiro), com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 - Análise da situação política.
- 2 - Outros assuntos.

### SETÚBAL / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Setúbal para reunir, no próximo dia 29 de Junho de 2016 (quarta-feira), pelas 21h00, na sede de Almada, sita na Rua da Liberdade, 38 - A Almada, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação político-partidária.

### VILA VERDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Verde, para reunir no próximo dia 15 de Julho de 2016, (sexta-feira) pelas 18h00, na sede sita, na Rua 1º de Maio, com a seguinte Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição dos órgãos da Secção Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estarão abertas das 18h00.às 22h00.



### POR LAPSO ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO POVO LIVRE ANTERIOR

### CADAVAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário Concelhia da JSD do Cadaval, para reunir no próximo dia 9 de Julho, sábado, pelas 21 horas, na Rua D. Fernando nº 12, 2550-141 Cadaval, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política Concelhia e da Mesa do Plenário Concelhio da JSD do Cadaval.

Nota: as listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, ou a quem o substitua estatutariamente, até às 23:59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, devidamente acompanhadas dos termos

de aceitação de todos os candidatos, bem como das respetivas fotocópias dos documentos de identificação. Mais se informa que as urnas estarão abertas por um período de duas horas, a saber: 15.30-1730.

**MARCO DE CANAVESES**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Ordinário de militantes da JSD concelhia de Marco de Canaveses, a reunir no dia 16 de Julho, pelas 18h, na sede concelhia do PSD de Marco de Canaveses, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Informações.
- 2- Análise da situação política.
- 3- Apresentação do núcleo da JSD de Paredes de Viadores e Manhuncelos, Avessadas e Rosém.
- 4- Outros assuntos considerados de interesse relevante.

**SANTA MARIA DA FEIRA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Ordinário de militantes da JSD da Secção de Santa Maria da Feira, a reunir no dia 25 de junho de 2016, pelas 17 horas, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Sanguedo, sita na Rua Padre David Fernandes Coelho, n.º 135, Sanguedo, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da Situação Política;
- 3 – Outros assuntos considerados de interesse relevante.

Nota: declara-se sem efeito e substituída pela presente, a convocatória do plenário publicada no Povo Livre n.º 1926 de 8 de junho.

**ASSEMBLEIA DISTRITAL DOS TSD/ VISEU  
DIA 15.JULHO.2016**

Nos termos da alínea g) do Art.º 44º dos Estatutos e do n.º 1 do Art.º 3º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convocam-se todos os militantes da área geográfica do Secretariado Distrital dos TSD de Viseu, para a Assembleia Distrital dos TSD/VISEU, que se realiza no dia 15 de Julho de 2016, das 21H00 às 23H00, na Sede distrital de Viseu do PSD, sita na Rua do INATEL, Lote 55, cave Esq., em Viseu, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

Ponto Único \* Eleição de 6 Delegados à Assembleia Distrital de Viseu do PSD.

Viseu, 14 de Maio de 2016

O Presidente da Mesa  
da Assembleia Distrital

Leonel Carvalho